



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

A NATUREZA SOCIALIZADA EM ANTHONY GIDDENS

Maria Betânia Ribeiro Torres¹

RESUMO: Este artigo se propõe a fazer uma discussão acerca da relação sociedade e natureza no âmbito das ciências sociais, com enfoque em Anthony Giddens. O foco neste autor se justifica pela produção científica na explicação das origens e efeitos da degradação do ambiente nas sociedades modernas e o cenário político em jogo neste contexto. A presente análise se baseia em estudos de Goldblatt (1996), Ferreira (2006) e Lenzi (2006a e 2006b), que servirá como orientação para a discussão. O ponto de partida aqui é o fato de que a origem e a evolução do pensamento ocidental de natureza estão diretamente ligadas à construção de um conceito instrumental de natureza e a separação entre o natural e o social. Apropriadamente, Giddens vê a criação de um ambiente como resultado de práticas sociais, chamando a atenção para a natureza socializada. No âmbito do conhecimento científico o saber ambiental esteve ancorado nos círculos das ciências naturais. A superação das barreiras do conhecimento e outra leitura da realidade social implicam em considerar indissociáveis os problemas sociais e os problemas ambientais, uma vez que o ambiente é o resultado de decisões e ações sociais, permeado, portanto, por processos socioculturais, físicos e biológicos passíveis de mudanças.

Palavras-chave: Natureza Socializada, Degradação Ambiental, Modernidade.

ABSTRACT: This article proposes a discussion on the relationship between society and nature in a social science context, focusing on Anthony Giddens. The choice of Giddens is justified by his academic work in explaining the origins and effects of the degradation of the environment in modern societies and the political scenario which informs this context. The present analysis relies on studies by Goldblatt (1996), Ferreira (2006) and Lenzi (2006a and 2006b), which will serve as an orientation for discussion. The starting point here is the fact that the origin and evolution of occidental thinking about nature are directly linked to the creation of an instrumental concept of nature, and to separation between the natural and the social. Appropriately, Giddens sees the creation of the environment as a result of social practices, calling attention to socialised nature. In a scientific context, environmental knowledge was formerly anchored within the approach of the natural sciences. Overcoming the barriers to knowledge this entailed, together with a different reading of social reality, have made it clear that social and environmental problems are inseparable, since the environment is the result of social decisions and actions, meaning it is permeated by sociocultural, physical and biological processes that are capable of undergoing change.

Keywords: Socialised nature, environmental degradation, modernity.

¹ Cientista social, mestre em desenvolvimento e meio ambiente, doutoranda em Ciências Sociais – CCHLA/PPGCS /UFRN. Professora do Curso de Gestão Ambiental da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). CEP: 54.625. 625, Mossoró-RN, Brasil. E-mail: betaniatorres@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a expor uma discussão acerca da relação sociedade e natureza no âmbito das Ciências Sociais, com enfoque em Anthony Giddens. O foco neste autor se justifica pela sua produção científica, a qual explica as origens e os efeitos da degradação do ambiente nas sociedades modernas e o cenário político em jogo neste contexto. Além disso, a presente análise faz uso dos estudos de Goldblatt (1996), Ferreira (2006) e Lenzi (2006a e 2006b), como âncoras neste percurso proposto.

Inicialmente é imprescindível elencar algumas indagações que motivaram este artigo, tais como: de qual sociedade fala-se quando se discute a relação sociedade e natureza? O que é natureza? O que é ambiente? Como é possível fazer a articulação entre sociedade e natureza por dentro das Ciências Sociais, particularmente da Sociologia.

Assim, o ponto de partida para essa discussão é o fato do surgimento e a evolução do pensamento ocidental de natureza estar diretamente ligados à construção de um conceito instrumental de natureza, de separação entre o natural e o social. Dessa forma, Giddens, apropriadamente, discute acerca do meio ambiente criado como resultado de práticas sociais, chamando a atenção para a natureza socializada.

No âmbito do conhecimento científico o saber ambiental esteve ancorado nos círculos das ciências naturais. A superação das barreiras do conhecimento e outra leitura da realidade social implicam em considerar indissociáveis os problemas sociais e os ambientais, uma vez que o ambiente é o resultado de decisões e ações sociais, permeado, portanto, por processos socioculturais, físicos e biológicos passíveis de mudanças.

Os desafios atuais e as alternativas de solução à crise “ambiental” impõem compreender que a forma como a sociedade está organizada socialmente, tem implicações sobre a sua organização econômica e, conseqüentemente, para a apropriação social da natureza.

2 O MUNDO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: CONTEXTO HISTÓRICO E ECOLÓGICO

Este tópico é uma síntese das idéias de Ferreira (2006) com relação à herança e aos desafios para o estudo da problemática socioambiental. Ferreira situa a literatura acerca das questões ambientais em dois grupos. O primeiro grupo é aquele que pretende descobrir e mapear tendências e causas que levaram até a atual conjuntura. Já o segundo consiste em

suposições macroteóricas que pretendem explicar relações políticas e sociais num contexto sincrônico mais amplo de importância analítica e prática.

Além disso, a referida autora trata também da mudança de grande parte da teorização da década de 1970 (os ecologistas radicais) para uma microteorização dos anos de 1980 (os ecologistas moderados), situando dois grupos: os “pessimistas”, aqueles oriundos do Clube de Roma e da escola de pensamento, os quais inspiraram a busca para estabelecer a conjuntura contemporânea como parte e produto de um processo de longo prazo. E os “otimistas”, que afirmavam que a humanidade pode evitar esses limites por meio da tecnologia e da produtividade.

Sabe-se que as Ciências Sociais, até recentemente, propagavam a fé no progresso e na racionalidade humana. Tratava-se do paradigma do progresso e da razão. Os teóricos clássicos dessas ciências, em linhas gerais, afirmaram o seguinte: no caso de Marx, ele acreditava que o progresso do capitalismo iria criar a sua própria superação, transformando as relações e os meios de produção. Enquanto que para Durkheim, a sociedade moderna propiciaria o avanço da solidariedade orgânica entre os indivíduos, criando laços de interdependência benéficos para a coesão social. Já Weber, mais descrente, apontava que a era moderna seria o desencantamento do mundo, com a expansão da burocracia e o esmagamento da criatividade e autonomia. (GIDDENS, 1991)

De acordo com Ferreira (2006), a inserção da questão ambiental na agenda das Ciências Sociais tem o seu marco após a II Guerra Mundial por diversos fatores: a redefinição do objeto da sociologia que tinha um enfoque na política e na economia, com o contexto do pós-guerra e os processos sociais e a intensificação dos impactos socioambientais negativos, decorrentes da expansão econômica e da reação social deflagrada pelas evidências da degradação. Dessa forma, foi neste contexto efervescente que surgiram os estudos da sociologia ambiental, considerado tardiamente quando comparada a outras ciências, a exemplo da Biologia, Ecologia, Economia, Demografia, Geografia e da Ciência Política.

Embora de forma diferenciada, de acordo com os países, especialmente a partir dos anos 1960, grupos de sociólogos começaram a dar importância à problemática ambiental e a perceber a sua relevância e abrangência. Assim, este tema passou a ocupar a agenda dos governos, organismos internacionais, movimentos sociais e setores empresariais em todo o mundo. Neste campo, emergiu a sociologia ambiental, assumindo a posição para estudar as divergências e os conflitos sobre a natureza no sentido mais amplo - ambiente natural e ambiente construído, e as causas e a extensão dos problemas ambientais entre os diversos atores envolvidos, sobretudo nos meados dos anos 1980, com o crescimento dos movimentos

ambientalistas e a crescente preocupação com os efeitos globais dos riscos ambientais. (FERREIRA, 2006)

Goldblatt (1996), por sua vez, apresenta um estudo da teoria social e ambiente com base em Giddens, Habermas e Ulrich Beck. Para ele, Giddens busca integrar a explicação das origens e efeitos da degradação do ambiente numa interpretação mais alargada do desenvolvimento e da dinâmica das sociedades modernas. E centraliza a sua explicação da degradação do ambiente, na interação entre o capitalismo e o industrialismo. Além disso, Goldblatt afirma que Giddens prestou devida atenção à dimensão espacial dos processos sociais e dos métodos da geografia, o que lhe facultou investigar a natureza sociológica do urbanismo e da globalização e o modo como esta contribui para os problemas ambientais. E que ele também desenvolveu modelos multicausais de processos sociais, os quais permitem incluir a contribuição pelo poder político e pelas atitudes culturais para a proliferação da degradação do ambiente, além de uma explicação das origens dos movimentos sociais ambientalistas.

Segundo Goldblatt (1996), Habermas produziu uma reinterpretação da organização institucional da modernidade e da sua evolução cultural; investigou a emergência de novos movimentos sociais e o potencial de sua importância política; possibilitou o exame de como os meios pelos quais a mudança das estruturas sociais deu origem a uma nova organização de interesses econômicos e políticos, e o modo como estes interesses moldam, por sua vez, a mobilização das políticas ambientais contemporâneas; além de permitir examinar a forma como surgiram as transformações culturais e os conhecimentos morais modernos sobre o ambiente, e como eles redefiniram interesses e contribuíram para a emergência dos movimentos políticos orientados para as questões ambientais.

Já Beck, para o autor, situa o potencial catastrófico da degradação ambiental no nível global e afirma a transformação da sociedade moderna numa sociedade de risco, movida pela emergência de níveis profundos e historicamente incomparáveis de perigos e riscos para o ambiente, e que os modelos convencionais da sociedade moderna não conseguem apreender suas origens e conseqüências. Investiga também os meios pelos quais as relações de poder político e cultural contemporâneo servem para ocultar as origens da degradação ambiental e proteger os perpetradores dessa degradação.

3 ANTHONY GIDDENS: O MUNDO MODERNO E A NATUREZA SOCIALIZADA

Giddens (1997) afirma existir uma nova agenda da ciência social relacionada às ordens de transformação da sociedade pós-industrial. Por um lado, a difusão extensiva das instituições modernas, universalizadas por meio dos processos de globalização. Por outro, processos de mudança intencional, os quais podem ser conectados à radicalização da modernidade – abandono, desincorporação e problematização da tradição.

Esta nova agenda perpassa as diversas dimensões da vida social, seja econômica, cultural, ambiental, social. Ocorre que a questão ambiental tornou-se bastante evidente no cenário mundial, sendo abordada como crise ecológica, crise do modelo de desenvolvimento, crise civilizatória, até constituir-se em uma questão socioambiental, uma vez que a relação sociedade-natureza é de interação.

Para Giddens (1997), a relação entre o mundo social moderno e a natureza tem imbricações fortes no capitalismo e no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, âncoras do capitalismo e do industrialismo. As mudanças, desde o nível mais íntimo ao mais público, retratam quebras e rupturas com modos e estilos de vida que pareciam imutáveis.

A figura do indivíduo se sobrepondo a família, da herança ao mérito individual, do nobre ao burguês neoliberal, da tradição à modernidade, do trabalho manual familiar ao trabalho industrial, da educação para poucos à universalização da educação. Enfim, do medo e estranheza da vida natural ao saudosismo da vida no campo ou em contato mais próximo com a natureza. Como nos fala Giddens, a modernidade nos apresenta perigos e risco, mas também tem as suas recompensas.

Desse modo, é possível o questionamento: O que é modernidade? A modernidade “refere-se ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.” (GIDDENS, 1991, p. 11).

A modernidade é uma cultura de risco. Não que a vida social seja mais arriscada que antes, mas, sobretudo, pelo modo como o mundo social se organiza. Nas condições de modernidade o futuro é continuamente trazido para o presente por meio da organização reflexiva dos ambientes de conhecimento. Muitas incertezas que ocorrem hoje foram criadas pelo próprio desenvolvimento do conhecimento humano. (GIDDENS, 1991, 1997).

Trata-se, portanto, de uma sociedade não apenas de risco, mas também de uma sociedade em que os mecanismos da verdade se modificam de maneiras interessantes e importantes, denominados de confiança ativa. O corte entre a tradição e a modernidade,

advém da primeira ser oriunda de rituais e rotinas repetitivas, enquanto a segunda pelas mudanças incessantes e contínuas da vida social.

Assim, as tomadas de decisões individuais poderão ter múltiplas implicações globais, seja social ou ambiental. As ações cotidianas não somente afetam a sobrevivência de alguém que vive do outro lado do mundo, mas podem contribuir para o processo de deterioração ecológica que em si tem consequências potenciais para toda a humanidade. (GIDDENS, 1997). Ainda de acordo com Giddens:

Poucas pessoas, em qualquer lugar do mundo, podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas, e às vezes até determinadas, por acontecimentos ou organismos distantes [...] Hoje, as ações cotidianas de um indivíduo produzem consequências globais [...] (GIDDENS, 1997, p. 23).

Se para os pensadores do Iluminismo a crescente informação sobre os mundos social e natural traria um controle cada vez maior sobre eles, para Giddens quanto mais tentar-se colonizar o futuro, maior será a probabilidade dele causar surpresas, por isso a noção de risco é tão fundamental para os esforços da modernidade.

As mudanças na relação sociedade-natureza advindas da modernidade propiciam cenários incertos e imprecisos. Desse modo, nas formas de vida social coordenadas pela tradição, a relação sociedade-natureza era marcada por rituais e rotinas. Quando a natureza é invadida pela socialização e a tradição é dissolvida, novos tipos de incalculabilidade emergem.

Na tradição havia uma inter-relação íntima e cognitiva com a natureza, na modernidade observa-se o enfraquecimento desses vínculos e uma crescente intervenção científica e tecnológica na natureza, alterando antigas formas de conhecer e lidar com ela. (GIDDENS, 1996 *apud* LENZI, 2006b).

Giddens questiona, ainda, a clássica expressão de Marx: “os seres humanos só se colocam problemas à medida que podem resolvê-los”, tratando-a apenas como um princípio de esperança. Para ele, o mundo social nas condições de organização atual e o fato de a natureza está moldada conforme uma imagem humana, pelo menos em alguns setores, criaram incertezas maiores – a despeito de seus impactos – do que jamais se viu antes. A reflexividade institucional tornou-se um elemento constituinte central. Com isso, a complexidade dos “cenários” é ainda mais marcante. Daí no âmbito global, a modernidade ter se tornado experimental. (GIDDENS, 1997, p. 24-25).

O sentido de experimental se coloca em função de que para Giddens a dúvida é uma característica da razão crítica moderna e constitui uma dimensão existencial geral do mundo social contemporâneo. O mundo social tornou-se, em grande parte, organizado de uma maneira consciente, e a natureza moldou-se conforme uma imagem humana, mas estas circunstâncias, pelo menos em alguns setores, criaram incertezas maiores – a despeito de seus impactos – do que jamais se viu antes. (GIDDENS, 2002, p. 26).

Para Giddens (1996a, p. 29), “a diferença entre sociedade e natureza reside no fato de a segunda não ser um produto humano, não ser criada pela ação humana. Enquanto entidade pluripessoal, a sociedade é criada e recriada constantemente, se não *ex nihilo*, pelos participantes em cada um dos encontros sociais. A *produção da sociedade* é uma realização engenhosa, sustentada e 'criada para acontecer' por seres humanos”.

Segundo Lenzi (2006b), na teoria da estruturação de Giddens é possível entender o meio ambiente na condição de estrutura, portanto, como meio e resultado da ação humana. Derivando do meio domínio humano sobre a natureza.

Assim, o meio ambiente seria um recurso alocativo. Recursos alocativos seriam “recursos materiais envolvidos na produção do poder; incluem o ambiente natural e os artefatos físicos e derivam do domínio humano sobre a natureza”. (GIDDENS, 2009, p. 443).

A experiência global da modernidade está interligada - e influencia, sendo influenciada - à penetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana, interligada às relações de indefinida extensão no tempo e espaço. A tecnologia, no significado geral da técnica desempenha aqui o papel principal, tanto na forma de tecnologia material quanto da especializada expertise social. (GIDDENS, 2001).

Giddens faz um paralelo entre a tradição e natureza. Para ele nas sociedades pré-modernas, a tradição proporcionou um horizonte de ação relativamente fixo. A tradição como natureza, a natureza como tradição não são equivalências extremas. “O que é natural” é o que permanece fora do escopo da intervenção humana. (GIDDENS, 2001).

Na era moderna, a “natureza” entrou em contraste com a cidade. Dessa forma, a natureza é equivalente a “campo” e muito frequentemente tem a conotação de uma cena idílica rural. Neste sentido, o natural é separado da intervenção humana. (GIDDENS, 2001, p. 51).

Em muitas tradições a natureza foi personalizada, tornando-se o domínio dos deuses, espíritos ou demônios. Entretanto, seria equivocado considerar o animismo ou outras perspectivas comparáveis como a mistura dos mundos humano e natural. Ao contrário, a personalização da natureza expressou sua independência dos seres humanos, uma fonte de

mudança e renovação separada da humanidade, mas com uma profunda influência sobre a vida humana. Se a natureza era determinada por decisões, estas não eram humanas. (GIDDENS, 2001).

A destruição progressiva do ambiente físico está escrita na história humana desde a época da ascensão da agricultura e das grandes civilizações. A ecologia ambiental surgiu então em resposta à percepção da destrutividade humana.

Para Giddens, o conceito de meio ambiente toma uma direção diferente de natureza. O meio ambiente é o oposto à existência humana, ou seja, a natureza completamente transfigurada pela intervenção humana ou socializada. Para este autor, só começamos a falar sobre **meio ambiente** (grifos do autor) quando a natureza, assim como a tradição foi dissolvida.

Contudo, Giddens salienta que a socialização da natureza significa muito mais que apenas o fato do mundo natural está sendo cada vez mais marcado pela humanidade. A ação humana há muito deixou sua marca no ambiente físico. A própria invenção da agricultura significa limpar o ecossistema natural de forma a criar um habitat, no qual os humanos possam plantar ou criar animais da maneira que quiserem.

Até os tempos modernos, no entanto, a natureza permaneceu primordialmente sendo um sistema externo que dominava a atividade humana, e não o contrário. Mesmo nas mais sofisticadas civilizações hidráulicas, as inundações ou secas eram comuns e uma colheita ruim podia produzir uma devastação. Contudo, o risco aqui é do tipo antigo. Os desastres naturais ainda ocorrem, mas a socialização da natureza, nos dias atuais, significa que muitos sistemas naturais primitivos são agora produtos da tomada de decisão humana². Giddens expõe como exemplo a preocupação com o aquecimento global, afirmando que ele decorre do fato do clima da terra não seguir mais uma ordem natural. (GIDDENS, 2001).

Conclui-se então que a modernidade destrói a tradição. Entretanto, uma colaboração entre modernidade e tradição foi crucial para as primeiras fases do desenvolvimento social moderno – período no qual o risco era calculável com relação às influências externas. Contudo, essa fase é concluída com a emergência da alta modernidade ou com a modernização reflexiva, conforme denomina Ulrich Beck.

² Giddens aborda a questão das escolhas e decisões por caminhos múltiplos, desde o psicológico ao social e político, tratando que as escolhas e decisões humanas sejam de cunho individual ou coletivo perpassam diversos fatores programados ou imprevistos. Na ordem pós-tradicional ele faz uma distinção de escolhas e decisões. Muitas das nossas atividades cotidianas, na verdade, tornaram-se abertas à escolha ou, ao contrário, a escolha tornou-se obrigatória. Uma decisão é sempre escolha de alguém e, em geral, todas as escolhas, mesmo aquelas dos mais pobres ou aparentemente impotentes, sofrem refração das relações de poder preexistentes. Portanto, a tomada de decisão envolve também um meio de poder e estratificação. (GIDDENS, 1997, p. 50).

Giddens faz menções recorrentes a Ulrich Beck, sociólogo alemão, também estudioso da modernidade, com contribuições profundas por meio de estudos e pesquisas sobre as questões ecológicas. Beck instituiu o termo *sociedade de risco* para definir a atual sociedade marcada pelo conhecimento científico e tecnológico. Sobretudo, ele ressalta que as questões ecológicas marcam outros problemas que a humanidade enfrenta na atualidade.

Embora a ecologia pareça dizer respeito totalmente à “natureza”, no fim apreende-se que a natureza tem pouco haver com isso. Na produção deste efeito, as influências da destradicionalização são, com frequência, tão importantes quanto à socialização da natureza, ou ainda mais importantes. Giddens cita o resultado do desenvolvimento de modernas tecnologias reprodutivas, assim, muitos traços que costumavam ser “naturalmente dados” tornaram-se questões de tomada de decisão humana. Com isso, ele enfatiza que sempre que algo é usualmente determinado pela “natureza” – seja ela o “ambiente” ou a tradição – torna-se uma questão de decisão, novos espaços éticos são abertos e novas perplexidades políticas são criadas. (GIDDENS, 1997, p. 225).

A fase da “modernização reflexiva”, marcada por processos concomitantes da globalização e da busca de contextos de ação mais tradicionais, altera o equilíbrio entre tradição e modernidade. Tradição diz respeito à organização de tempo e de espaço. É o que ocorre, também, com a globalização, exceto pelo fato de que uma corre em sentido contrário à outra. Enquanto a tradição controla o espaço mediante seu controle do tempo, com a globalização o que acontece é, essencialmente, a “ação à distância”; a ausência predomina sobre a presença, graças à reestruturação do espaço. (GIDDENS, 2001, p. 79).

Este autor evidencia, portanto, a natureza socializada como ponto de partida e chegada. Para ele, a política ambiental deveria partir do contexto da “natureza humanizada”, o que implica que as decisões sobre o que preservar, ou lutar para recuperar, podem raramente ser tomadas com referência àquilo que existe independentemente dos seres humanos. (GIDDENS, 1996b *apud* LENZI, 2006a, p.116).

Nesta perspectiva, Giddens (*apud* LENZI, 2006a, p. 116) confirma o caráter valioso dos recursos naturais, justamente por resultarem de processos naturais e não de atividades humanas. Ou seja, são produtos de algo maior do que o ser humano. Contudo, a transformação da natureza, ou mais especificamente, a “natureza socializada” é o foco central deste autor face às mudanças sociais e ambientais decorrentes da quebra da tradição como mediadora da relação sociedade-natureza e da emergência dos sistemas peritos como fonte de conhecimentos e verdades, questionáveis e postos à prova, diante das dúvidas e incertezas do mundo pós-tradicional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões entre sociedade e ambiente de acordo com Giddens, dizem respeito ao ambiente criado ou a natureza transformada pela ação humana, como foco de suas inquietações científicas.

Ele traz a baila os impactos sociais, emocionais, econômicos, políticos e culturais dessas ações sobre o cotidiano social, abordando as mudanças sociais nas suas diversas dimensões.

Sobretudo, demonstra como as pessoas se adaptam às novas realidades construídas pelo capitalismo e industrialismo face a dinâmica da vida, a qual é imposta pela sociedade pós-tradicional, com o desenvolvimento progressivo da ciência e da tecnologia, materializado na produção e no consumo como fontes de prazer individual e coletivas na modernidade reflexiva, transformando, também, a relação entre conhecimento e experiência, com a sobreposição dos sistemas peritos sobre a experiência, criando, dessa forma, um afastamento crescente entre a sociedade-natureza e uma crescente adaptação das pessoas à natureza socializada.

O valor da natureza, como recurso original e autêntico que não foi criado pelas atividades humanas, também salta aos olhos. Daí, indaga-se também: qual o valor dos recursos produzidos pelas atividades humanas? Qual a sua originalidade e autenticidade? Qual o valor atribuído pela sociedade aos recursos naturais? Apenas econômico? Nostálgico? Essas são questões que ficam, por enquanto, pendentes.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Leila da Costa. *Idéias para uma Sociologia da Questão Ambiental no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. *A Constituição da Sociedade*. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A. & LASH, S. (eds). *Modernização Reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *Em defesa da sociologia*. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. *Novas Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. Risco, Confiança, Reflexividade. In: BECK, U.; GIDDENS, A. & LASH, S. (eds). *Modernização Reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.

GOLDBLATT, David. *Teoria social e ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996 (Perspectivas Ecológicas).

LENZI, Cristiano Luis. Para uma imaginação sociológica da ecologia: Uma análise do pensamento de Anthony Giddens. *Ambiente & Sociedade*. V. IX, n. 1, jan./jun., 2006a.

_____. *Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru-SP: Edusc, 2006b.